



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 17.429/16**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, Sr. Hélio Carneiro Fernandes, concedendo Reforma por Invalidez, ao **Sr. Carlos de Souza Gonçalves**, matrícula nº 520.790-8, 3º Sargento, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, que contava, à época do ato, com 4.930 dias de tempo de serviço e idade de 32 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria – A – Nº 3627], e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

***Antônio Gomes Vieira Filho***  
Conselheiro - Relator



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 17.429/16

Objeto: **Reforma**

Interessado(a): *Carlos de Souza Gonçalves*

Órgão: **Paraíba Previdência**

Gestor Responsável: Hélio Carneiro Fernandes

Procurador/Patrono: **Não Há**

Reforma por Invalidez. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0625/2020

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 17.429/16**, referente Reforma por Invalidez do *Sr. Carlos de Souza Gonçalves*, matrícula nº 520.790-8, 3º Sargento, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria – A – Nº 3627], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 21 de maio de 2020.**

Assinado 21 de Maio de 2020 às 11:36



**Cons. Antônio Gomes Vieira Filho**  
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 22 de Maio de 2020 às 11:11



**Isabella Barbosa Marinho Falcão**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO